

A Companhia de Jesus no Brasil no Tempo de Anchieta*

Os jesuítas foram a primeira ordem religiosa a chegar organizada-mente ao Brasil, com bastante antecedência — mais de trinta anos — sobre seus imediatos seguidores: franciscanos, beneditinos e carmelitas. Desde o princípio procuraram instalar-se em todas as capitâ-nias, embora em algumas com breve intermitência, e foram cres-cendo ao compasso do crescimento da colônia. Seis foram os que chegaram em 1549, com o primeiro governador, Tomé de Souza. No catálogo de 1562-68, aparecem já sessenta e um jesuítas, dos quais, trinta e sete, admitidos na Companhia, já no Brasil.¹ Em 1576 os jesuítas são 121: 52 sacerdotes e 35 estudantes.² E em 1594, quase no fim do século, há no Brasil 154 jesuítas assim distribuídos nas re-giões dos três Colégios: 73 na jurisdição do Colégio da Bahia, estando 56 no Colégio, 4 em Ilhéus, outros 4 em Porto Seguro, 9 nas Aldeias de índios; 55 na região do Colégio do Rio, dos quais 28 no Colégio, 15 no Espírito Santo e suas quatro Aldeias, 12 em São Vicente, di-vididos, metade por metade, nas duas casas de Santos e Piratininga.

Em Pernambuco, um total de 26 para o Colégio e as duas Aldeias de índios da Paraíba.³

Assim, não só por seu peso numérico, senão, sobretudo, por sua distribuição e ocupação de todos os pontos nevralgicos, por sua coesão interna e a continuidade de suas empresas, a Companhia de Jesus representa uma das presenças fundamentais para a formação da sociedade brasileira nesse primeiro século da colonização.

Sua influência foi, principalmente, como é lógico, de caráter religioso e moral, de formação e cultura, mas teve também um alcance incalculável na ordem política. Numa costa tão extensa, com pouquíssima comunicação regional, com administrações locais quase autônomas, a Companhia representa, mais que nenhuma outra instituição, a consciência unitária. Com seu freqüente intercâmbio de pessoas, sua contínua correspondência e divulgação de notícias, as visitas periódicas de provinciais e visitantes, percorrendo o país todo, a Companhia é, indubitavelmente, nesses primeiros anos, uma das influências mais decisivas para manter vivo o sentimento de unidade.

Em capítulos anteriores, foram já considerados alguns dos marcos mais importantes da múltipla ação dos jesuítas no Brasil: conversão dos índios, luta pela sua libertação, função e gestão das Aldeias, fundação de escolas e Colégios. Aqui procurarei esboçar alguns dos traços fundamentais de sua própria evolução interna e sua inserção na sociedade incipiente.

OS TEMPOS HERÓICOS

Gabriel Soares, em seus Artigos contra a Companhia, esforça-se em contrapor os primeiros tempos (em que os Jesuítas, religiosos pobres, viviam de esmola entre o povo, e eram varões verdadeiramente apostólicos, amados de todos) à época posterior em que, numerosos, ricos, sem depender de nada nem de ninguém pela dotação régia dos Colégios e suas grandes possessões, ensoberbeceram, constituindo-se numa potência egoísta e dominante dentro da sociedade colonial. Gabriel Soares marca como fronteira divisória destas duas épocas da Companhia no Brasil, o fim do Provincia-

* Capítulo do livro em vias de publicação *Formação da Sociedade Colonial, 1549-1599*, Editora da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, com cuja permissão é aqui reproduzido.

1. Monumenta Brasiliae, IV, Roma, 1960, p. 475.
2. Archivum Historicum Societatis Iesu (A.H.S.I.) Bras. 15 fol. 288.
3. Ibid., fol. 324.

lato do padre Grã (1570) com a chegada do padre Tolosa e seus numerosos acompanhantes, e a fundação do Colégio de Salvador. "Lhe sucedeu a Grã — diz Soares —, o padre Inácio Tolosa que foi Provincial na Bahia e levou muitos religiosos de Portugal, os quais, como acharam o colégio da Bahia com 4.500 cruzados de renda de El-Rei cada ano, muitos currais de vacas, muitas propriedades, de que lhes pagavam muita renda, uma fazenda de onde lhes iam os mantimentos necessários, e cinco aldeias de índios forros, de quem recebiam grande serviço, e outros proveitos e outra muita fábrica de serviço de colégio, entenderam que não tinham necessidade de ninguém, como na verdade passava, e não pretenderam mais que seus proveitos, demarcar terras, fazer casa de prazer para sua recreação, haver provisões nas aldeias de índios forros: e em umas cousas e em outras procederam com tanta ingratidão, que escandalizaram todo este estado e moradores deles, por não fazerem conta dos grandes serviços que tinham feito à Companhia, com o que ficaram os padres muito odiosos ao povo." 4

A resposta dos padres vai desmontando os membros desta acumulação retórica. Na realidade, por mais que analisem e justifiquem cada ponto, dificilmente poderiam demonstrar o indemonstrável: que nada tinha mudado entre os jesuítas da última década do século, com respeito aos tempos de pobreza total do governo de Tomé de Souza, quando tinham que ir comer à mesa dos criados do governador.

Não é admissível essa contraposição branco-preto, que faz Gabriel Soares. Mas tão pouco é certo, como pretende a resposta dos padres, que nada tivesse mudado na vida e atitude da Companhia. Entre Nóbrega e seus companheiros, e a época de Gouveia, há mais que um mero intervalo de trinta anos: não só quantitativamente se duplicou ou triplicou o número, e são outros os homens — homens de uma geração posterior — senão que entre uns e outros medeia a institucionalização.

Nos primeiros anos, os jesuítas são, sobretudo, apóstolos arrebatados, magníficas personalidades no espiritual e no humano, que num meio rude realizaram uma incrível obra de renovação espiritual, sem outro meio que seu exemplo de uma entrega ilimitada. São Nóbrega, Asplicueta Navarro — consumido em poucos anos pelos tremendos esforços de seu apostolado —, Brás Lourenço, Pedro Correia, Anchieta... Mais tarde, já não são as grandes personalidades — que também existem — o fundamental, senão o sistema, a instituição: as regras e ordenações, as fundações permanentes dos colégios, as formas feitas de apostolado como as Aldeias e as missões.

4. Ibid., fol. 430.

O mesmo Gabriel Soares adverte confusamente sobre esta diferença de época, contrapondo os jesuítas das pequenas residências aos dos grandes colégios. Os primeiros, poucos e pobres, segundo ele, ainda pertenciam ao antigo espírito, não tinham ensoberbecido pela riqueza e o poder: mas era muito de temer que também eles ficassem contagiados em pouco tempo.⁵

Não se trata, é claro, de uma mudança radical e súbita, senão de uma lenta evolução interna, que opera insensivelmente. Contudo, eu poria a visita de Azevedo (1567) como o momento em que começa a advertir-se claramente a inversão da maré.

É certo que os primeiros tempos foram de total concórdia e compreensão entre jesuítas e colonos, como afirma interesseiramente Gabriel Soares. Longe disso, já temos estudado os terríveis conflitos provocados pela disputa em torno à escravização injusta dos índios. Mas a pobreza dos padres, os enormes perigos e sofrimentos da pregação, sua falta reconhecida de ambição e sua colossal estatura moral, faziam com que mesmo os contrariados os aceitassem. Assim o precisava em 1566 o Provincial da Província de Portugal, Leão Henriques, informando ao Geral, Francisco de Borja: "O Governador é mui capaz e mui amigo, e também outras pessoas de importância o são. Isto, com o trabalho que os nossos lá padecem e o fim puro que se lhes conhece e o favor de suas Altezas, tem mão contra todas as contradições".⁶

Seguramente, não há um testemunho mais expressivo do agigantamento espiritual dos primeiros jesuítas chegados ao Brasil, da impressão quase lendária que deixaram do que o transmitido pelo primeiro governador Tomé de Souza ao voltar à pátria. "Disse-nos, o penso que o dissera ao Rei — escreve o padre Antonio Quadros desde Lisboa, depois de uma entrevista com o governador —, que o Brasil não era senão nossos Padres que, se lá estivessem, seria a melhor cousa que El-Rei teria e, se não, que não tinha nada no Brasil. Claramente nos disse que nós cá em comparação dos irmãos do Brasil éramos ruins e homens a respeito de anjos que eles eram."⁷

Isto apesar de que, à exceção de Nóbrega e Grã, os demais eram quase todos de uma formação intelectual muito superficial. O Catálogo de 1568 — vinte anos, portanto, depois de fundada a missão — nos mostra que só o padre Quirício Caixa tinha estudado além da filosofia, dois anos de teologia. E do resto, só três tinham estudado parcial ou totalmente a filosofia; algum outro,

5. Os Capítulos de Gabriel Soares foram publicados por Serafim Leite em *Etnos II*, Lisboa 1942, pp. 220 ss., pp. 221-3.

6. *Ibid.*, p. 236.

7. *Mon. Bras. IV*, p. 301.

“casos de consciência”; e dos restantes sacerdotes, diz o Catálogo, “estudou latim”, ou “sabe pouco latim”, ou “não estudou latim”, e mesmo de alguns como Manuel Chaves e Afonso Brás “não estudou nada”.⁸

Com razão informava o Padre Visitador, Azevedo, em 1566, que depois de ter feito examinar a todos os sacerdotes, tinha consta-do que muitos estavam muito faltos de saber.⁹

A verdade é que a formação filosófico-teológica dos primeiros jesuítas do Brasil deixava muito a desejar. Francisco Peres, um veterano da primeira expedição, tinha sido promovido a Superior de Ilhéus, embora o Catálogo notasse dele: “não estudou senão mui pouco latim, prega como pode e confessa”.¹⁰

Mas não era por sua ciência, senão por sua estatura moral, pelo que se elevavam verticalmente sobre o meio colonial de aventureiros e degredados. Em 1586 o padre Antonio da Cruz, a quem o Visitador Gouveia tinha proibido pregar por falta de preparação doutrinal, queixava-se ao Provincial, dizendo que tampouco os padres antigos tinham “letras e sem embargo pregavam. Não advertia como tinham ficado longe aqueles dias para o povo e para a mesma Companhia. Com razão notava Beliarde que aqueles “padres antigos que povoaram esta província e tinham muita autoridade e crédito com a gente e muito saber natural e humano com que supriam tudo o mais que lhe falta a ele”.¹¹

Esta, por outra parte, tinha sido a diretriz durante muitos anos: virtude, não letras. “Cá poucas letras bastam — escrevia Nóbrega — porque tudo é papel branco e não há mais que escrever nele à vontade, mas a virtude é muito necessária e o zelo que estas criaturas conhezam a seu Criador e a Jesus Cristo seu Redentor.”¹² O mesmo Azevedo, cuja visita em 1566-67 deu o primeiro impulso para a renovação intelectual, não parece ter captado de todo as novas exigências da colônia. Dele pôde escrever mais tarde o padre Antonio da Rocha estas palavras ao Geral: “O espírito do Padre Inácio era parecer-lhes bastar para esta terra pessoas idiotas como eu sou: são muito necessárias pessoas dotas, ao menos uma para cada Capitania”.¹³

8. Mon. Bras. II, Roma, 1957, p. 34. Tomé de Souza continuou sempre muito unido a Nóbrega, que lhe escreveu em 1554 uma longa carta (Mon. Bras. doc. 13), que constitui a mais completa exposição sobre a situação do Brasil nos primeiros anos do Governo Geral.

9. Mon. Bras. IV, pp. 475ss.

10. Ibid., p. 369.

11. Ibid., p. 479.

12. A.H.S.I. Bras. 15, fol. 368.

13. A.H.S.I. Bras. 3.1, 162. Nóbrega escrevia em 1549: “Cá não necessárias letras mais que para entre os cristãos nossos”.

Esta evidente falta de preparação intelectual, à parte a compensação da grandeza moral, encaixava perfeitamente dentro da situação da colônia e da província jesuítica. A terra em que chegaram os jesuitas em 1549, era uma terra semi-selvagem e que mais precisava de um corretivo moral, que de luzes doutrinárias.

Por outra parte, em 1549 os jesuitas acabavam de ser reconhecidos como Ordem religiosa e estavam ainda em fase de estruturação: até 1556 não chegaram ao Brasil as Constituições recém-escritas da Ordem, que tardaram algum tempo em ser aplicadas e assimiladas. A Congregação da Bahia de 1566 recomenda que o Provincial venha de Portugal — apesar de o Brasil ser já de algum tempo província independente — por estarem lá mais ao corrente dos costumes e exigências das Constituições.¹⁴

As relações pessoais, a expansão mística dos momentos funcionais, não tinham ainda dado passo para a inevitável institucionalização jurídica.

Nóbrega, primeiro Provincial do Brasil, embora jurista, participava dessa tendência baixo-medieval para a exacerbação mística, irracional. E usava-a como método para despertar o “fervor” de seus súditos e a “edificação” do povo. Para compreender isto basta ler os epítetos com que se qualifica em suas cartas, com um ar de total sinceridade, não como simples lugar comum da literatura piedosa de seu tempo: “Por amor de Nosso Senhor, cesse já o costume de mandar a estas partes de infiéis o rebotalho, como eu”. E noutro lugar: “Todos são bons e proveitosos: senão eu que nunca faço nada, e assaz de bons são, pois meu mau exemplo os não escandaliza”. “Ainda se faz algum fruto”, chegou a escrever acusando-se a si mesmo “embora meus pecados tudo o impeçam”. E noutra carta chama-se “fruto podre da Companhia e Deus queira que não seja cortado”.¹⁵

O mesmo Grã, que o sucedeu como segundo Provincial, muito mais controlado que Nóbrega neste aspecto, quando recebeu a notícia de sua nomeação, reuniu a todos os seus súditos na capela, fê-los sentar, e ele, posto de joelhos, começou a acusar-se pe-

Mon. Bras. I, p. 113. E ainda um pouco depois: “Acá pocas letras bastan porque todo es papel blanco y no hay más que escribir a placer. Ibid., p. 142. Mas anos depois já pensava que as missões requeriam “el hombre undequaue perfectum”. O visitador Azevedo opinava que para as aldeias de índios bastava a virtude. Cf. Mons. Bras. IV, p. 367.

14. A congregação provincial, segundo as Constituições da Companhia de Jesus reúne-se para eleger os delegados de cada província à congregação de procuradores cada três anos.

15. Mon. Bras. I. pp. 500, 130, 134, 162, 285.

sadamente, confessando-se incapaz para tal cargo, e terminou beijando os pés de todos os irmãos.¹⁶

Sumamente significativo deste espírito em ação, é o seguinte caso conservado por Anchieta em sua Vida de Nóbrega: "Tendo avisado por vezes a um clérigo escandaloso, como não se emendasse, sabendo o padre estar com a ocasião de seu pecado, se foi à porta da casa gritando a grandes vozes que acudisse gente, que estavam ali crucificando a Cristo. Acudiu gente e ficaram tão espantados os dois pecadores que se apartaram e cessou o escândalo".¹⁷

Para a formação religiosa de seus companheiros e súditos em humildade e desprezo do mundo, gostava Nóbrega de encenar demonstrações um tanto chocantes que, se têm antecedentes na Cúria de Roma e nos costumes do Colégio de Coimbra, já tinham na época o sabor que hoje têm, de páginas folclóricas da colorida hagiografia medieval. Assim, quem por descuido quebrava um prato ou um copo, devia sair pelas ruas com os cacos atados ao pescoço.

Na mesma direção se encontravam as disciplinas públicas dos jesuítas pela vila, como aquela de São Vicente, em que por ordem de Nóbrega os padres saíram disciplinando-se pelas ruas, e pedindo a Deus, aos gritos, que aplacasse sua cólera contra a cidade, por terem dado os portugueses um prisioneiro tamoio a seus aliados, os tupiniquins, para praticar seu ritual antropofágico.¹⁸

O caso mais clamoroso foi, sem dúvida, a venda pública em leilão, do padre Paiva. Muitas fontes jesuíticas da época conservaram a memória deste caso insólito que, mais que de devoção, pode parecer, à primeira vista, de diversão. Todas as fontes, sem embargo, tratam-no não só com seriedade, mas até com suma reverência. É um testemunho indireto da mentalidade de toda a Província jesuítica do Brasil.

Para entender bem o resultado deste fato, devemos ter em conta que em Salvador, naqueles dias, vendiam-se homens como escravos na praça do mercado, com toda regularidade. A História da Fundação do Colégio da Bahia é que nos oferece uma narração mais completa do fato e suas motivações: "Como o Padre Nóbrega era bem mortificado e tinha o mundo debaixo dos pés, assim procurava exercitar seus súditos em contínua e grandes mortificações, não só em casa mas também fora dela. E assim uma vez ordenou que o Padre Manuel de Paiva fosse vendido,

16. Mon. Bras. III, 269.

17. Vida de Nóbrega, em Cartas Informações, Fragmentos Históricos e Sermões, Rio de Janeiro, 1933, p. 57.

18. Ibid., p. 44.

dando a entender que o Colégio estava necessitado, e assim foi o padre alguns dias pelas ruas e praças para ver se havia alguém que o comprasse, e o Pe. Vicente Ruiz lhe dava os pregões. O Pe. Paiva sempre teve para si que a venda era de verdade, e com grande alegria aceitava ser vendido por obediência. O povo estava espantado de tão grande espetáculo. Uns que o podia fazer, outros que não. O governador Tomé de Souza disse ao ouvidor Pedro Borges: 'Eu nunca vi vender-se sacerdote de Missa, mas se os padres o fazem será bem feito'. Finalmente muitos se persuadiram vendo que a coisa ia adiante, que a vendição havia de ter efeito, e assim uns davam por ele 50, outros 60.000 réis. Especialmente os de Vila Velha desejavam mais comprá-lo porque queriam por seu capelão. Estando já concertado o dia em que isto se tinha de concluir, declarou o Pe. Nóbrega ao governador e aos demais o espírito com que aquilo se fazia, que era mortificar o padre e fazer-lhe experimentar por obra que não era seu senão todo de Deus e de seus Superiores que estão em seu lugar".¹⁹

Todas estas demonstrações públicas de fervor causaram uma profunda impressão de desgosto no Bispo, D. Fernando Sardinha, à sua chegada a Salvador. Não se recatava de qualificá-las em particular, e mesmo em público, com não pequeno escândalo dos padres, de "parvoíces e criancices", "de cousas de doidos, idiotas, ignorantes".²⁰

Não lhe faltava ao Sr. Bispo razão para opinar assim, e tratar de colbi-las, mas devia ter considerado que para os jesuítas eram coisas muito sérias. Devia tê-las aceito como manifestações genuínas, embora extemporâneas, daquela força do vinho novo, que rompe os odres velhos — incontrolado ainda pelas exigências da vida social — e que caracteriza o nascimento de todo movimento religioso profundo. E certamente, sob a aparência destes excessos desculpáveis, encontravam-se em grau extremo as virtudes apostólicas, e um ilimitado espírito de sacrifício.

Os perigos, privações, sofrimentos físicos e morais de todo tipo que padeceram aqueles primeiros apóstolos chegavam a superar abundantemente o que nos Exercícios, lar espiritual de todos eles, tinham pedido em momento de fervor e exaltação mística para o seguimento de Cristo: "Por esta terra hão de andar descalços pelos areais e espessuras dos montes, umas vezes expostos a ser frechados dos índios, outras a ser mordidos de animais venenosos. Seus caminhos hão de ser por alagadiços, sofrendo o calor de sol que por estas partes é muito forte. Cá encontra-se, ir-

19. A.H.S.I. Bras. 12, fol. 4. O escândalo do bispo em virtude deste fato ficou registrado na sua carta ao padre Simão Rodrigues, Mon. Bras. I, p. 362.

20. Mon. Bras. I, pp. 358 ss. e 468.

mãos, o que em vossas câmaras meditando algumas vezes soeis de-sejar, fome quotidiana, estreita pobreza, grandes trabalhos: e se isto derramando muitas lágrimas ao Senhor pediram, agora se vos oferece o grande mérito nesta gentildade de São Vicente, que o Senhor começou já a alumiar".²¹

Numa terra pobre, viviam como os mais pobres, em casas de barro com teto de palha, construídas por suas próprias mãos. Viviam de esmola, repartindo a pobre e mal paga dotação régia com os meninos índios de suas escolas. Em Salvador, lugar que por ser de recente fundação era mais pobre que os demais, não podendo subsistir da esmola dos colonos, tiveram que sustentar-se indo comer à mesa dos criados do governador.²²

Isto e o desinteresse manifesto de suas intenções, faziam, como já antes notamos, que seus choques com os colonos por suas campanhas de renovação moral, e pela defesa da liberdade dos índios, não adquirissem um caráter de ruptura irreparável.²³

Esta situação de total desprendimento não podia durar muito tempo. Ao crescer o número de jesuítas, ao fundarem-se os primeiros colégios, apresentou-se o dilema de forma indeclinável: ou total pobreza apostólica, buscando a eficácia unicamente na irradiação do espírito, ou instituições com sólida base econômica, que garantissem sua sobrevivência e eficácia. Os dois Provinciais, Grã e Nóbrega, representavam as duas tendências opostas. Para Grã, o Provincial do momento, a pobreza acima de tudo. Para Nóbrega, o primeiro Provincial, a eficácia e a continuidade, embora a custo da pobreza. Numa carta de 1561, dirigida ao Geral, Lainez, expõe ao padre Nóbrega com toda a clareza os termos desta disputa, pedindo uma decisão. É um documento básico para entender a evolução, um dos aspectos da crise de crescimento, da Companhia no Brasil.

"O Pe. Luís de Grã parece querer levar isto por outro espírito mui diferente, e quer edificar a gente portuguesa destas partes por via de pobreza, e converter esta gente da mesma maneira que São Pedro e os Apóstolos fizeram, e como São Francisco ganhou a muitos pela penitência e exemplo de pobreza. E esta opinião me persuadia sempre quando eu tinha o cargo e ainda agora desejava introduzi-lo quando fosse possível, e sempre teve grandes escrúpulos, porque é ele mui zelador da santa pobreza, a qual queria ver em não possuir nós nada, nem ter granjeiros, nem escravos, pois éramos mui poucos, e sem isso, com as esmolas mendigadas, nos podíamos sustentar repartidos por muitas partes, e desejava casas pobrezinhas.

21. Mon. Bras. II, p. 260.

22. Mon. Bras. I, p. 500.

23. Ibid., p. 404.

Esta opinião do Padre me fez durante muito tempo não firmar bem o pé nestas coisas, até que me resolvi e sou de opinião (salvo sempre determinação da santa obediência) de tudo o contrário, e me parece que a Companhia deve ter e adquirir justamente, por meios que as constituições permitem, quanto puderem para nossos Colégios e casas de rapazes, e, por muito que tenham, farta pobreza ficará para os que discorrerem por diversas partes, e não devemos de querer que sempre El-Rei nos proveja, que não sabemos quanto isto durará, mas por todas as vias se perpetua a Companhia nestas partes, de tal maneira que os operários cresçam e não minguem".²⁴

Foi a tese de Nóbrega a que triunfou, como era inevitável. Para sustentar um número elevado de padres e irmãos em saúde, e cuidá-los na doença, para pagar tantas viagens, para formar professores e constituir bibliotecas, para levantar igrejas e residências... era necessário dinheiro, muito dinheiro, com bases certas e indefinidamente ampliáveis. Era inevitável, mas doloroso. O pessoal e humano devia ceder lugar ao jurídico: o vivencialmente evangélico, ao institucional.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO: OS COLÉGIOS E A PREOCUPAÇÃO ECONÔMICA

Nesta segunda fase da evolução interna da Companhia no Brasil, que se começa a plasmar nos últimos anos da década do sessenta, encontramos os mesmos traços exemplares do período anterior: zelo apostólico, desinteresse, pobreza, trabalhos, grandes personalidades evangélicas. Anchieta, as "descidas", as missões e as Aldeias podem ser magníficos exemplos de tudo isto. Mas nas relações internas a primeira simplicidade vai sendo substituída pelo espírito e a letra da lei: aparecem as tensões de pessoas e grupos. No aspecto apostólico, a ação pessoal é suplantada pela influência do conjunto, a inovação pela aplicação de fórmulas feitas de apostolado: colégios, missões, aldeias. E, na imagem exterior da Companhia, para muitos, não é o lado apostólico, senão a face da potência e o domínio o que prevalece.

No campo econômico, aparece claramente esta trajetória. Da fundação dos Colégios, ao agravamento com hipotecas e pesadas dívidas, e daí ao lançamento das bases de uma nova indústria com a exploração de canaviais. Tudo isto acompanhado pelo escândalo dos de fora e as angústias de consciência em superiores e súditos, como notava o padre Procurador Gomes: "Com isto — acrescenta, expondo seu plano de redução de gastos em 1584 — haverá

24. Mon. Bras. III, p. 364.

mais sossego e menos escândalo nos de casa e nos de fora, menos escrúpulo de consciência dos Superiores. Bastarão menos escravos, menos índios ou nenhuns jornais, menos carros e menos bois etc.”.²⁵

Gabriel Soares põe a fundação do Colégio de Salvador como o ponto de partida da transformação interna da Companhia. Certamente a fundação dos colégios da Bahia, 1564, Rio de Janeiro, 1566, e Pernambuco, 1574, é o que deu uma armação sólida ao estabelecimento dos jesuítas e à sua expansão na colônia.

Colégio não significa neste caso estabelecimento de ensino, senão que o termo está usado com o significado específico de dotação régia para um número determinado de missionários, que se deviam dedicar em primeiro lugar, como obrigação fundamental, à conversão e cuidado espiritual dos índios, depois, complementarmente, aos ministérios espirituais com os portugueses.

Por isso, quando Soares arguiu contra o Colégio do Rio que era completamente desnecessário, por não haver no Rio mais de duzentos vizinhos, a maioria deles mamelucos, casados com índias e cujos filhos por rara exceção sabiam ler, os padres puderam responder-lhe, lembrando simplesmente que colégio na dotação régia não significa “casa de estudos superiores”, senão uma dotação para missionários.²⁶

A fundação da Bahia era para 50 religiosos, a do Rio e Pernambuco para 30 cada um. Cada colégio constava, pois, de um núcleo central e uma série de residências e Aldeias dependentes que devia sustentar.

A quantidade estipulada era de 20.000 réis por pessoa anualmente. Nas dificuldades financeiras dos governos da colônia a cobrança anual desta quantia se tornava um grave problema, sobretudo quando as autoridades eram adversas aos jesuítas. Protelações, enganos, requerimentos, memoriais, processos... Por fim, os jesuítas conseguiram estipular que esta quantia fosse paga em acúcar nos centros produtores. Um grande alívio para a Província endividada até o pescoço. Mas então já a inflação tinha devorado o valor aquisitivo da fundação reduzindo-a a menos da metade. “Os preços das coisas vão cá em sumo crescimento... — escreve Gouveia em 1583. Os dias passados, se fez um instrumento público, em que muitas pessoas dignas de fé juraram que, conforme aos preços da terra, era mister para cada um, 40.000 réis e ainda mais.”²⁷

25. A.H.S.I. Lus. 68, fol. 406.

26. Os Capítulos de Gabriel Soares, p. 235.

27. A.H.S.I. Lus. 68, 222 fol. 339. Gouveia em 1585 reclamava contra a quantidade de 20.000 réis, fazendo notar que as duras ra-

A situação era realmente angustiosa. Gouveia teve que pensar em não admitir mais gente da que constava no número fundacional dos colégios. Assim o deixou estabelecido em suas ordenações.²⁸

Em 1593, Beliarte, como Provincial, deve tomar medidas ainda mais enérgicas: "Penso com o parecer dos Padres Consultores, desaliviar este Colégio de gente por estar muito endividado, e ir cada dia carregando mais as dívidas; procurei se podia dar remédio, para que não faltasse tanto santo, mas não o achei".²⁹

Igualmente terminante — uma empresa de incalculável transcendência apostólica —, se mostra o Pe. Toledo, ao tratar-se de enviar missionários ao Rio Grande: "Mesmo que os houvesse, não tem este Colégio possibilidade para os sustentar (escreve desde Pernambuco), por ser pobre e gastar cada ano um bom pedaço mais do que tem, e assim crescem as dívidas. E assim se El-Rei não assinalasse renda para sustentar-se os nossos no Rio Grande não convém haver lá residência dos nossos".³⁰

Ante esta situação, quase desesperada, não podia haver mais que uma escolha possível: ou diminuir substancialmente os gastos, ou aumentar as entradas.

Uma voz sensata advogando pela primeira solução tinha sido a do Procurador Gomes. Reconhecia que, embora o ritmo de vida da Companhia no Brasil não fosse excessivo para o acostumado em outros lugares, o era sim para as possibilidades mui reduzidas do país. Sobretudo as grandes construções de edifícios e igrejas, tão encarecidas pela falta de operários especializados e materiais de construção.³¹

Mas as construções majestosas, um tanto pesadas, sempre foram uma tentação a que os Superiores da Companhia raramente puderam resistir. Apesar da situação financeira tão crítica, o Padre Ballardó anuncia em 1593 a construção do templo da Companhia no Recife, o mais belo, acrescenta, do Brasil.³²

Não havia, pois, outra solução, senão a de aumentar as receitas.

zões que tinham determinado se fixasse este valor — a pobreza da fazenda real e o preço das coisas — tinham sofrido uma completa modificação desde a fundação dos colégios. "As coisas, notava, valem o dobro e o tresdobro." A.H.S.I. Bras. II, fol. 330.

28. A.H.S.I. Bras. 2, fol. 142v.

29. A.H.S.I. Lus. 72, fol. 94.

30. A.H.S.I. Bras. 8, fol. 8.

31. A.H.S.I. Lus. 68, fol. 416.

32. A.H.S.I. Bras. 15, fol. 381. É verdade que este templo assim como a ornamentação luxuosa de capelas e altares tinha sido sufragado em grande parte com esmolas.

Não encontrando outra saída, os Superiores decidiram entrar na competição industrial. De momento, com o cultivo da cana de açúcar: mais tarde isto se ampliaria com a gerência de engenhos próprios. Um profundo desgarrão na consciência religiosa de muitos que o consideravam como uma queda irreparável. Com estas dramáticas palavras informa da Bahia o Padre Belloquio ao Padre-geral: "V. P. deu licença que se fizessem canaviais e já o Pe. Reitor com licença do Provincial começou a entender nisto. E certo, assim o pede a necessidade em que nos encontramos, porque devemos mais de 5.000 cruzeiros, e cada vez se acrescentam mais dívidas nem há modo nem esperança humanamente falando de pagá-las, senão desta maneira; todavia, parece-me que todos os padres, mesmo os consultores, segundo deram a entender em muitas consultas, embora nunca se consultasse sobre isto, se era bem fazer-se canaviais, os irmãos o sentem muito. E irmãos houve que mostraram desejar acabar a vida, antes que se fizessem estes canaviais, porque todos pensam que temos, por causa destes benditos canaviais, de perder muito e mui muito de nosso bom crédito".³³

Ao mesmo tempo que se manifestavam e cresciam estas dificuldades econômicas, próprias de um desenvolvimento demasiado rápido, crescia também a oposição exterior, e se manifestavam as primeiras dificuldades nas relações internas.

SITUAÇÃO INTERNA DA COMPANHIA

A primeira crise interna grave da Companhia é a crise de vocação "para o Brasil" em um grupo de padres, os "padres da Cartuxa". Grã, que como Provincial já tinha visto em 1565 embarcarem para Portugal, contra sua vontade, vários padres e irmãos que depois deixaram a Ordem,³⁴ em 1569 teve que enfrentar uma crise mais profunda deixada já em andamento pelo Visitador Azevedo.

Muitos padres (entre eles os três leitores do Colégio de Salvador) manifestavam desejos de retornar a Portugal. Ao negar-lhes o Visitador a permissão, para que seu exemplo não alastrasse, os dois mais decididos quiseram sair da Companhia. Azevedo os mandou encerrar. Mais tarde, Grã os enviou de novo ao noviciado, numa tentativa de reeducação espiritual. Vendo que não podiam conseguir seu intento nem por bem nem por mal, imaginaram um rodeio: pedir transferência para a Cartuxa, pois, por não haver Cartuxa no Brasil, isto levava incluído, necessariamente, a volta para Portugal.

33. A.H.S.I. Lus. 72, fol. 124v.

34. Mon. Bras. IV, p. 298.

Por que, precisamente, a Cartuxa? Porque pelas bulas da fundação da Companhia, qualquer membro dela podia pedir, buscando sua perfeição, para passar à Cartuxa, e devia ser-lhe concedido. Neste caso, é claro, a Cartuxa era um mero pretexto para deixar o Brasil, terra que, num movimento de psicose contagiosa, se lhes tinha tornado insuportável. O grupo primitivo era de oito, e muitos mais esperavam o desfecho para seguir seu exemplo.

O Provincial Grã, não podendo negar, mas não querendo tampouco conceder, pelas conseqüências imprevisíveis que poderia ter dada a situação psicológica de muitos, objetou que ele não podia conceder a transferência porque, segundo as bulas Pontificias, antes de passar três meses, após deixar a Companhia, deviam ingressar na Cartuxa, e dadas as condições de viagem, era muito provável que se esgotasse esse prazo, sem que pudessem cumprir essa obrigação. Recorreria ao Padre-geral pedindo uma solução.

Angustiado, escrevia Grã: "Por amor de nosso Senhor, mandemos V. P. sua solução para isto. E afirmo a V. P. que se vai desfazendo cá a coisa se não vem outro Provincial, e outros padres que de coração queiram estar no Brasil. Desejo de estudar, receio de umas Capitanias mais que outras, fazem isto, e parecem-lhes que sua habilidade perdem-se no Brasil, e que são clérigos de aldeias aqui, lhes fazem estes descontentamentos. Muitos anos estiveram quietos porque tinham mais simplicidade, depois que vieram certos padres e irmãos do Reino, e que se acharam frustrados e faltos das conversações que lá têm, vão-se muitos trás estes fastios".³⁵

Para entender esta repugnância em homens de profunda formação intelectual que tinham passado pelos brilhantes centros portugueses do momento, Coimbra e Évora, devemos representar-nos o primitivismo da vida naqueles pequeníssimos núcleos de população portuguesa, asfixiados pela solidão e a mata, para não falarmos das Aldeias.

O horror de muitos às Aldeias foi uma doença de que jamais convalescera de todo a província do Brasil. À sombra deste problema, insinua-se, anos mais tarde, uma espécie de divisão entre os jesuítas vindos do Reino e os nascidos no país. Uns para o estudo, professorado e cargos de governo; os outros para a conversão e cuidado dos índios nas Aldeias: Gouveia pensava que isto não era motivo para fazer pouco dos jesuítas nativos do Brasil.³⁶

Na realidade isto ia lavrando uma divisão e um ressentimento entre os que se julgavam postergados. Assim o captou, imedia-

35. A.H.S.I. Gesu, fol. 53.

36. A.H.S.I. Lus. 68, fol. 411.

tamente, Pedro Rodrigues, então de passagem pelo Brasil, com sua fina sensibilidade: "Os que vêm de Portugal não se aplicam ao principal ministério e mais trabalhoso, que é aprender a língua para ajudar os índios, e claramente abatem os ânimos dos aqui recebidos, porque, como não gastam tempo na língua, nem os Superiores podem apressar tanto com eles (sob pena de importunarem logo a V. P. que os mande voltar a Portugal), fazem-se letrados e andam no Governo, de que os outros recebidos têm humanos sentimentos".³⁷

Outra divisão que agitava a Província do Brasil, especialmente nas mais altas esferas, era a paixão nacionalista, com certa dose de xenofobia.³⁸ Não sabemos se para evitar possíveis males, ou motivos simplesmente por este sentimento, Gouveia e a Congregação Provincial de 1583, ao pedirem ao Padre-geral com urgência que enviasse professores e superiores, fazem notar que sejam "todos de rara edificação e, quanto fosse possível, portugueses".³⁹

Anos mais tarde, em 1592, notava Pedro Rodrigues, que os castelhanos no cargo de superior, não eram tão bem aceitos como os portugueses, nem dentro, nem fora de casa. E que os que tinham ascendência judia eram muito notados por isso.⁴⁰

Ajudava a criar esta tensão o fato de que dos poucos padres estrangeiros — principalmente espanhóis ou castelhanos, como sempre os chamavam com certo matiz de oposição — cinco ocupavam os cargos mais altos da Província: os padres Tolosa, Toledo, Armínio, Quirício Caxa e Anchieta.

As desconfianças e queixas eram mútuas, julgando-se as duas partes prejudicadas. O padre espanhol Miguel Garcia tinha escrito em 1583 ao Padre-geral, queixando-se de que os portugueses não podiam trazer os castelhanos e andavam suspirando por D. Antônio.⁴¹

Representando os agravos da outra parte, notava o Padre Pedro Rodrigues, anos mais tarde, escrevendo também ao Padre-geral: "Disse a V. P. a verdade: quando aqui estive, havia queixas. Nes-

37. A.H.S.I. Bras. 3.2, fol. 355.

38. Nos primeiros tempos, Nóbrega é um exemplo de nacionalista — cf. Mon. Bras. II, 449; III, p. 112 —, mas sem nenhuma xenofobia. Tem todo o universalismo dos tempos fundacionais da Ordem. A divisão posterior em províncias independentes e, no caso de Portugal, a exacerbação do nacionalismo entendido como a oposição ao castelhano — por motivo da incorporação ao reino Espanhol, deu motivo a sentimentos de receio e mesmo antagonismo com relação aos estrangeiros.

39. A.H.S.I. Lus. 68, fol. 341v; 415.

40. A.H.S.I. Bras. 15, fol. 393v.

41. A.H.S.I. Lus. 68, fol. 335.

te Colégio o Reitor Inácio Tolosa era espanhol, o Pe. Quirício Caixa consultor, e tinha outros dois ou três officios; o Pe. Arminio italiano, Admonitor e Prefeito espiritual, com outros três ou quatro officios. Enfim, eies tinham occupado os principais officios da casa, e dos portuguezes não se fazia tanta conta".⁴²

Em terra tão esfacelada por toda espécie de divisões, não era nada estranho que esta enfermidade se insinuasse também na Companhia. Não só por questões de origem ou nacionalidade, senão quase por um determinismo do ambiente: "Parece que é fruto da terra comum e ordinário — advertia Gouveia — nestas partes não andarem os Nossos muito unidos".⁴³

DISPUTAS COM AUTORIDADES

A três grupos reduz Gabriel Soares, em sua alegação, os conflitos dos jesuitas, originados pelo abuso de sua prepotência: conflitos com os colonos por disputas de terras; conflitos com os governadores e autoridades; conflitos relacionados com os índios e as Aldeias.

É certo, que os padres mantiveram, durante esses anos, frequentes litígios com grandes fazendeiros, e com pequenos colonos, e mesmo com instituições como a Santa Casa de Misericórdia de Salvador, pela posse de terras. Isto era quase inevitável. Se ainda hoje no Brasil continuam, e são frequentíssimas no interior, as disputas sobre a propriedade e demarcação de terras, naqueles primeiros tempos da colonização em que as mesmas terras eram dadas várias vezes pela mesma ou por diferentes autoridades, e os limites não constavam senão muito imprecisamente, estas disputas não se podiam evitar de todo.⁴⁴

Longo seria, e sem grande utilidade, relatar cada uma destas disputas levadas ao terreno judicial. Notarei somente, que elas podem parecer plenamente justificadas, tratando-se de potentados como Garcia de Ávila, ou Brás Cubas, que mediam seus limites por léguas, não deixam de nos causar uma impressão desagradável, por justas que possam ser, quando se trata de pobres posseiros, como é o caso dos herdeiros de Baltasar Fernandes, um dos conquistadores e primeiros povoadores do Rio.⁴⁵

42. A.H.S.I. Bras. 3.2, fol. 361.

43. A.H.S.I. Lus. 69, fol. 133v.

44. Nos Capítulos de Gabriel Soares os números 6-12 estão dedicados a disputas de terras entre os jesuítas e os moradores.

45. Neste caso, como observa Serafim Leite, pode observar-se a diversidade de critérios e conduta entre dois superiores da mesma ordem. Enquanto Gouveia foi da opinião que devia ceder-se a terra em litígio, embora a sentença judicial fosse favorável, para

Nalgum caso pode ser que se trate, na realidade, de um contágio da paixão dominante da época por demandas judiciais. Os padres desculpam-se sempre aduzindo que, como estas terras eram "bens da Igreja", não estava em suas mãos abandoná-las.

Prescindindo da justiça ou injustiça de cada caso, não há dúvida que estas disputas deixavam muitas vezes um largo rasto de ressentimentos, que não apagava de todo o simples correr do tempo, no espaço de uma ou duas gerações. Não são puras invenções de um adversário, como Gabriel Soares. Nada deixa mais profunda amargura que estas disputas sobre terras, sobretudo no caso de pequenos posseiros enfrentarem um dono poderoso e ausente.⁴⁶

Com as autoridades as disputas têm de ordinário, como já vimos, uma origem mais nobre: defender a liberdade dos índios. Mas muitas vezes, estas lutas não deixam de adquirir um caráter pessoal, como no caso do governador Telles Barreto e o Reitor Fonseca. Outras vezes, estas dissensões emaranham-se no quadro geral das divisões e lutas da colônia, como no caso de Cosme Rangel. Gabriel Soares enumera nestas disputas entre autoridades e jesuítas, ao governador Luís de Brito, a Salema no Sul, a Telles Barreto, a Rangel, afirmando que, de ordinário, os jesuítas apoiavam os ouvidores em suas desavenças, tão freqüentes, com os governadores.

O paradoxal desta situação é que os mesmos que se atribuíam como uma vocação especial o fomento da paz entre os homens, tenham sido arrastados pelo vértice de tantos ódios e disputas. Era quase uma fatalidade que assim fosse. Numa sociedade tão reduzida e tão trabalhada por divisões internas, mal podia uma organização de tanto peso na vida colonial como a Companhia, manter-se sempre à margem. A neutralidade, muitas vezes, ofende tanto como a beligerância. "O Sr. Bispo desta Cidade — escreve Gouveia em 1583 — embora sempre nos tenha demonstrado muito amor e benevolência, de poucos meses a esta parte se tem retirado e se mostra muito frio na amizade e conversação antiga. Dizem que começou a desgostar-se com os nossos, por não serem do seu lado em certos bandos e dissensões, que sucederam entre os principais do Governo destas partes."⁴⁷

As Constituições recomendam aos superiores e jesuítas em geral, que se preocupem especialmente em ganhar o favor dos "príncipes assim eclesiásticos como seculares, e de outras pessoas que

evitar o escândalo e por não ser necessária ao colégio e sim aos colonos, seu sucessor Bellarte quis levar a disputa judicial até o fim na justiça.

46. A.H.S.I. Lus. 69, fol. 152v.

47. A.H.S.I. Lus. 68, fol. 339.

podem ajudar ou estorvar muito no bem das almas". Advertência sempre tomada muito a sério, tanto pelos gerais como pelos provinciais e outros superiores. Não há mais que ver as informações das províncias e as advertências de Roma, para avaliar o cuidado especial dedicado a ganhar o favor das autoridades. Isto torna ainda mais paradoxal a situação dos jesuítas no Brasil durante o século XVI, tendo, contra seu expreso desejo, que defrontar-se tantas vezes com as autoridades superiores da Colônia.⁴⁸

Talvez esta mesma preocupação, levada ao extremo de desejar a total cooperação, ou subordinação, se encontre na origem de alguns destes encontros e desencontros.⁴⁹

Buscando agora apreciação de conjunto da evolução interna e ação externa da Companhia durante os cinqüenta anos que estamos historiando, creio que a nota mais destacada é a de uma forte vitalidade interna. Se nos primeiros anos a Companhia se oferece como uma total unidade de espírito, com os anos esta unidade vai se consolidando (não sem perder muito de sua espontaneidade) pela unidade de formação, pelas regras, pelo intercâmbio dos superiores, pela dependência de Roma. Apesar das pequenas fissuras resenhadas, a estrutura da Companhia oferece-se monolítica ao exterior.

As vocações continuam afluindo numerosas; índice de aceitação social. A ação apostólica, apesar de todas as dificuldades, decore funda e caudalosa. Continuam as tradicionais obras, e lançam-se as bases dos colégios, que embora no século XVI não produzam senão frutos bastante limitados, haveriam de florescer na centúria seguinte.

Testemunho eloqüente, que poderia servir de síntese de toda esta época, é o deixado pelo Bispo, D. Antonio Barreiros: "Entendo (certifica em 1582) que não havendo cá padres da Companhia nem haverá Cristandade, nem liberdade dos índios naturais da terra, nem reformação na vida e costumes de todos, nem eu sem eles me atreveria a levar o peso e cargo do cuidado pastoral".⁵⁰

48. A.H.S.I. Bras. 15, fols. 224, 365.

49. Ibid., fol. 325v.

50. Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil, vols. 1-10, Lisboa-Rio de Janeiro, 1938-1950, II, p. 629.